



# 2023

## RELATÓRIO TÉCNICO

# 88

Gestão estratégica e participativa do SUS



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

<b>NÚMERO DO TC:</b>	88		
<b>TÍTULO DO TC:</b>	Gestão estratégica e participativa do SUS		
<b>Objeto do TC:</b>	Aperfeiçoamento e qualificação da Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Unico de Saúde-SUS		
<b>Número do processo:</b>	25000049564/2015-66	<b>Número do SIAFI:</b>	685870
<b>Data de início</b>	30/12/2015	<b>Data de término:</b>	30/12/2025

<b>DETALHAMENTO DO TA</b>	<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
TA:	1	recurso	R\$46.000.000,00
TA:	2	prorrogação	R\$0,00
<b>Valor Total no TC:</b>			<b>R\$ 46.000.000,00</b>

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

<b>Área técnica</b>	Secretaria Executiva (SE/MS)		
<b>Responsável:</b>	Swedenberger do Nascimento Barbosa		
<b>Endereço:</b>	Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios Bloco G – 3º andar – sala 319. Brasília/DF – CEP: 70058-900		
<b>Telefone:</b>	(61) 331521230	<b>E-mail:</b>	gabinete.se@saude.gov.br

### ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

<b>Área técnica</b>	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
<b>Responsável:</b>	Julio Pedroza		
<b>Endereço:</b>	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
<b>Telefone:</b>	(61) 3251-9499	<b>E-mail:</b>	pedrozajul@paho.org

## 2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação nº 88 foi firmado em 2015, com vistas ao aperfeiçoamento e à qualificação da gestão estratégica e participativa do SUS, sendo operacionalizado em estreita parceria entre a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS no Brasil e o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - DGIP/SE/MS. A vigência inicial do TC88 seria de 5 anos (de 31/dez/2015 a 31/dez/2020), havendo sido prorrogado por igual período, por meio do 2º TA, até 31/dez/2025.

O TC foi concebido originalmente para apoiar os processos de fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS, conformada por quatro departamentos: o Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, o Departamento de Apoio à Gestão Participativa - DAGEP, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DAGES. A Matriz Lógica do TC reflete a intenção de tornar a cooperação técnica um mecanismo catalisador de processos de integração das ações desenvolvidas pela SGEP, por seus departamentos e outros atores do SUS na gestão estratégica e participativa e integra 3 (três) resultados esperados:

\* RE1: Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público;

\* RE2: Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais, apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação; e

\* RE3: Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.

Aos 3 RE se vinculam 10 indicadores para seu monitoramento e avaliação. Este desenho de ML busca romper a fragmentação burocrática tradicional, de tal forma que cada um dos três resultados aporta esforços para promover ações públicas integradas de gestão, participação e accountability.

Em set/2018, o Ministério da Saúde promoveu uma reorganização funcional que decorreu na transferência das competências do DAI/SGEP para o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva (DGIP/SE), migrando a gestão do TC para esse Departamento. Ao assumir o Governo Federal uma nova gestão, a partir de 1º de janeiro de 2019, ocorreram novas mudanças na organização e funcionamento do Ministério da Saúde como um todo, acarretando um processo de reestruturação regimental ao longo de 2019, que incluiu o desenho e a implantação de um novo organograma (Decreto nº 9,795, de 17 de maio de 2019). Dentre as diversas alterações, ressaltam-se aqui aquelas que impactam diretamente este TC88, como a extinção da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, cujos departamentos e atribuições foram formalmente remanejados, em geral, para o DGIP/SE, a Ouvidoria-Geral do SUS (agora vinculada à recém criada Diretoria de Integridade), o DENASUS (passou à condição de unidade de assistência direta e imediata ao Ministro) e outros departamentos que deverão assumir as competências relacionadas à promoção da equidade em saúde voltadas para populações em situação de vulnerabilidade (como, por exemplo, as Políticas Nacionais de Saúde Integral das Populações Negra, do Campo, da Floresta, das Águas, em Situação de Rua, LGBT, ciganos, etc, que anteriormente ficavam sob a gestão do DAGEP/SGEP). Tais mudanças, naturalmente, impactaram a execução das ações do TC88 ao longo dos anos seguintes, desde a elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão até os de monitoramento, avaliação, reorientação e fortalecimento, que acabaram por ser gradualmente retomados após os momentos mais agudos da pandemia Covid-19, em fins de 2021. Registra-se com vistas a memorial futuro que, em set/2019 foi iniciado um processo de discussão e revisão da Matriz Lógica do TC88, especialmente com vistas a atender o novo organograma do MS e às expectativas do DGIP/SE/MS. Tal processo foi interrompido pela premência do surgimento e disseminação do Coronavírus Sars-CoV-2, configurando-se a pandemia Covid-19, considerada a maior emergência de saúde pública do século e que acabou por demandar a priorização dos melhores esforços do sistema de saúde às atividades de resposta direta e aos termos de cooperação que apoiavam diretamente no fortalecimento da vigilância em saúde, na reorganização dos serviços - principalmente hospitalares -, na regularização das cadeias logísticas de insumos, nos processos de vacinação e de retomada dos serviços e da normalidade da gestão do SUS. No final do 1º sem/2020, foram retomadas as discussões a respeito do TC, sendo deliberada a sua prorrogação por mais cinco anos (até dez/2025). Na ocasião, além do DGIP/SE, também manifestaram interesse na continuidade da cooperação via TC88 a Ouvidoria Geral do SUS e o DENASUS, de tal forma que definiu-se pela permanência do desenho original da Matriz Lógica do projeto, contemplando Resultados Esperados que atendam os três departamentos, mas também permitam um melhor planejamento, uma execução mais ágil e um acompanhamento das atividades desenvolvidas junto a cada um dos parceiros. Em consequência, em 2020 foi publicado o 2º Termo de Ajuste - TA2, tendo por objetivo a prorrogação da vigência do TC88 até 31/dez/2025. Importante destacar que, a prorrogação do TC pretende seguir aprimorando a governança e a gestão estratégica e participativa no SUS, fortalecer o sistema de saúde nacional, a partir do fortalecimento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores, usuários e cidadãos. Em 2021, além de ser marcado pelo avanço da vacinação contra a Covid-19 em todo o território nacional, indicou a retomada de ações de desenvolvimento institucional entre o DGIP e as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, desenvolvimento de ações para retomada e fortalecimento da regionalização no SUS e de apoio ao desenvolvimento de capacidades do DENASUS, tendo o ano finalizado com a realização de encontros regionais e nacional de SEMS, cumprindo seus objetivos de desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação. Ao longo

de 2022, o DGIP/SE/MS passou por modificações no seu processo de condução das atividades devido principalmente a três trocas de gestão no âmbito do Departamento e na redefinição de estratégias após mudanças de gestão no âmbito da Secretaria Executiva. No entanto, as ações pactuadas em PTA seguiram relevantes e estratégicas mesmo diante das alterações do corpo diretivo e da atribuição de responsabilidades internamente nos setores.

Após as eleições de 2022, em Jan/2023, foi empossado um novo governo, que apresenta ao país uma proposta cujo lema central é "União e Reconstrução", o que significa a retomada dos esforços do Governo Federal para a recuperação de políticas públicas, em especial aquelas consideradas da área Social, como a Saúde, aquelas relacionadas à equidade, etc. Para melhor atender às propostas de governo aprovadas nas urnas, com a posse do novo governo foi publicada uma nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde, que fortalece o DGIP nas funções de articulação interfederativa e de promoção e garantia da participação e do controle social, que reposiciona o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS e a Ouvidoria Geral do SUS, ambos vinculados diretamente ao Gabinete da Ministra da Saúde, além de criar na estrutura formal de todos os Ministérios uma Assessoria de Participação Social e Diversidade, que será a responsável por impulsionar tais temas no conjunto das políticas públicas do país. Tal processo de reorganização do Ministério da Saúde culminou com a publicação do Decreto Nº 11.798, de 28 de novembro de 2023. Neste contexto, observou-se a retomada de ações pactuadas no TC88 relacionadas aos Resultados Esperados 2 e 3, em articulação entre OPAS, DGIP, Denasus e DOGES, que haviam sido abortadas durante a gestão anterior, mas que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do propósito deste TC, qual seja "Aperfeiçoar e qualificar a gestão estratégica e participativa do SUS". Destacam-se nestes Resultados Esperados a realização da "1ª Conferência Livre Nacional de Gestão Interfederativa e Participativa: Caminhos e Desafios na Defesa do SUS", do "Encuentro Latinoamericano en Defensa de los sistemas universales", as Oficinas Regionais do Sistema Nacional de Auditoria - SNA e a elaboração do Planejamento Estratégico da Auditoria Geral do SUS, além da ação transversal de intensa e consistente participação na 17ª Conferência Nacional de Saúde.

### 3. 1º SEMESTRE DE 2023

#### 3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

##### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas;</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizadas;</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas;</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas;</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

##### a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2023 foram planejadas as seguintes ações vinculadas ao Resultado Esperado 1:

- 1- Apoiar as reuniões da Comissão Intergestores Tripartite-CIT;
- 2- Desenvolver ações do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS;
- 3- Desenvolver ações junto às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde, às instituições e aos entes federados para aprimorar as capacidades institucionais;
- 4- Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação.

A cooperação permitiu apoiar os processos de monitoramento e avaliação técnica e de gestão do projeto "Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS" pelo DGIP/SE/MS em diversas Regiões de Saúde do país.

Ao longo do semestre foi dada continuidade em ações que haviam se iniciado no primeiro semestre e iniciadas ações consideradas prioritárias, dado o contexto de período eleitoral que predominou durante a maior parte do 2º sem/22. Tais ações foram planejadas, demandadas, executadas e monitoradas de maneira alinhada entre o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa - DGIP e a Secretaria Executiva - SE do Ministério da Saúde, com o objetivo principal de consolidar e dar condições para o funcionamento de mecanismos de governança colaborativa, destacando as contratações que visam subsídios técnicos ao seu fortalecimento institucional nas coordenações do próprio DGIP/SE e junto às Superintendências Estaduais do MS - SEMS, para apoiar o fortalecimento da gestão tripartite do SUS, a produção e o estabelecimento de consensos entre os entes federativos e, ainda, para a construção de mecanismos de pactuação internos e externos que favoreçam a integração das políticas de saúde nos territórios. Sublinha-se o apoio para a realização do "3º Encontro Nacional do Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS", em São Paulo/SP, que contou com ampla participação de autoridades e técnicos do MS (Brasília) e das Superintendências Estaduais do MS – SEMS (superintendentes e técnicos das SEINSFs), além de CONASS, CONASEMS, OPAS e pesquisadores. Tal Encontro Nacional repercutiu com a realização de diversas edições de "Encontro Regional das SEMS", nas regiões Sudeste (jun/22), Norte (ago/22), Nordeste (jul/22); visitas técnicas às SEMS/MS. O TC88 também apoiou a realização de "Oficinas de Construção do Reposicionamento Estratégico do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde", a reunião do Grupo Executivo e visitas de acompanhamento do projeto "Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS", para o "Fortalecimento dos Processos, Governança e Integração das Redes de Atenção", o "Workshop 'A Inovação Tecnológica como Apoio às Ações de Regionalização'", as oficinas do "Planejamento Regional Integrado - PRI" e também do "Projeto Proadi - Regionalização". Registra-se por fim que o TC88 apoiou a organização logística para realização em fins de 2022 do "2º Encontro Nacional das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde", um evento de grande porte que acabou sendo cancelado pela gestão do DGIP/SE/MS, gerando o pagamento de muitas rescisórias relevantes aos fornecedores que já estavam contratados e executando compromissos com vistas a sua execução nas datas agendadas.

Destaca-se neste semestre a efetivação do apoio do TC88 (por meio de Carta Acordo LOA SCON2019-00525) para a realização do "XXXVI Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde" que foi organizado pelo CONASEMS, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no período de 12 a 15/07/2022, com a participação presencial de mais de 6.700 gestores, técnicos e profissionais de saúde, além de usuários e pesquisadores. O tema central do congresso ("Diálogos do cotidiano no horizonte da gestão municipal do SUS") guardou relação direta com os objetivos do TC88, sendo que a programação permitiu a discussão de temas relevantes para o RE1, incluindo o fortalecimento da Atenção Básica, a resposta à pandemia da Covid-19, o processo de recuperação do sistema pós pandemia, o financiamento, a regionalização, a assistência farmacêutica, o processo de judicialização, a aplicação de Emendas Parlamentares e outros temas relacionados à gestão do SUS como um todo. Ademais, o congresso foi antecedido pela "17ª Mostra Brasil, Aqui Tem SUS", nos dias 12 e 13/07/2022, na qual foram apresentadas 343 experiências exitosas desenvolvidas pelas equipes de saúde e Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de proporcionar um espaço de troca de experiências entre os profissionais, técnicos e gestores.

Durante todo o ano foi dado seguimento às atividades do projeto "Fortalecimento da rede de governança da informação e informática do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Tocantins", por meio de Carta Acordo (SCON2021-00404) celebrada com o COSEMS-TO. A LOA prevê o desenvolvimento de ações no período de nov/2021 a nov/2023 com vista a "induzir o processo de melhoria da Governança da Informação e Informática no âmbito dos municípios do Estado do Tocantins, especialmente no tocante à alimentação e utilização dos Sistemas de Informação do SUS, subsidiando o gestor na tomada de decisões quanto às estratégias adotadas por sua equipe, com mais precisão e efetividade, bem como realizar o monitoramento e avaliação qualitativa dos dados inseridos".

A Carta Acordo (SCON2022-00021) com a Fundação Radio e Televisão Educativa e Cultural - Fundação RTVE, para desenvolvimento do projeto "Formação em Análise de Situação de Saúde para Apoiadores Institucionais do Ministério da Saúde". O projeto soma-se a outras estratégias da cooperação técnica OPAS e DGIP/SE/MS de apoio ao desenvolvimento de capacidades institucionais e técnicas para o fortalecimento da governança do SUS, sendo que a LOA em específico tem o objetivo de "capacitar trabalhadores das equipes de apoio institucional das

Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS e do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa - DGIP/SE/MS a adquirirem capacidades de analisar a situação de saúde de um determinado território”. Suas atividades iniciaram em fev/22 e seguiram sendo regularmente executadas ao longo de 2023. Ainda por meio da cooperação TC88 foram realizados estudos técnicos para o desenvolvimento institucional do DGIP/SE/MS, o fortalecimento e a qualificação da Gestão Estratégica e Participativa no SUS, com a contratação de dezenas de produtos técnicos que proporcionam à gestão do Ministério da Saúde análises, propostas e aportes para o desenvolvimento de projetos relevantes para a governança, a regionalização do SUS, o planejamento regional integrado e o aprimoramento dos instrumentos de gestão nos diferentes estados brasileiros.

Por fim, registra-se que foi elaborado junto ao Conasems o projeto de cooperação técnica para a realização do “XXXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde”, que será realizado em Brasília, em jul/2023, e para o qual é esperada a participação de cerca de 5000 gestores, técnicos, profissionais de saúde, pesquisadores e interessados no tema da gestão municipal do SUS. A Carta Acordo foi assinada em fins de dez/2022, para execução pela instituição parceira em jul/2023.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O termo de cooperação em questão, tendo o DGIP/SE/MS como contraparte, passou por modificações no seu processo de condução das atividades diante das três trocas de gestão no âmbito do Departamento e na redefinição de estratégias após mudanças de gestão no âmbito da Secretaria Executiva. No entanto, as ações pactuadas em PTA seguiram relevantes e em execução, mesmo diante das alterações dos corpos diretivos. Assim, todas as ações foram executadas em alguma medida e muitas outras além do planejado. Para a plena realização dessas atividades foram percebidas necessidades de novos alinhamentos sobre os processos de cooperação e seus resultados esperados diante das mudanças de gestão, com vistas a uma maior celeridade de execução das demandas essenciais, mas também e principalmente visando ao atingimento dos objetivos do TC88. Considera-se relevante destacar a importância de um envolvimento mais técnico entre as partes para a obtenção de resultados mais potentes quanto à temática de Governança no SUS, assim como a necessidade de um melhor planejamento das ações para evitar custos elevados, perda de eficiência e de qualidade nos serviços prestados.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas no 1º semestre de 2023 para o alcance do Resultado Esperado 1, no âmbito da cooperação técnica com o MS, estão voltadas ao fortalecimento da gestão interfederativa, compartilhada com as Secretarias Estaduais de Saúde (representadas pelo CONASS) e as Secretarias Municipais de Saúde (representadas pelo CONASEMS), e têm correlação com os indicadores a seguir:

- 1 - Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;
- 2 - Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;
- 5 - Número de ações de cooperação técnica que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;
- 6 - Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.



## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2023 foram planejadas duas ações vinculadas ao Resultado Esperado 2:

- 1- Apoiar o processo da 17ª Conferência Nacional de Saúde;
- 2- Desenvolver ações para fortalecimento da participação social em saúde.

Neste primeiro semestre a ação prioritária da cooperação foi o apoio à preparação da 17ª Conferência Nacional de Saúde, cujas etapas municipal e estadual aconteceram desde 2022 até maio/2023. Especificamente e de maneira destacada, o TC apoiou a organização e realização da "1ª Conferência Nacional Livre de Gestão Interfederativa e Participativa: Caminhos e Desafios na Defesa do SUS", que aconteceu em Brasília nos dias 16 e 17/mai/2023, com ampla participação de gestores, técnicos, representantes de movimentos sociais, do Ministério da Saúde, das Superintendências Estaduais do MS, etc. As diretrizes e propostas desta conferência foram enviadas ao Conselho Nacional de Saúde para debate durante a Etapa Nacional da 17ª CNS, que acontecerá em Brasília, em jul/2023.

Também merece destaque a realização do "Encontro para Construção e Fortalecimento de Sistemas Universais de Saúde nos Países Latino-Americanos", em Brasília, nos dias 30/jun e 01/jul/2023, como atividade preliminar à 17ª Conferência Nacional de Saúde e também ao Congresso da Associação Latino-Americana de Medicina Social - ALAMES (que acontecerá em Buenos Aires, Argentina). O encontro foi organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES, em parceria com o Ministério da Saúde (DGIP/SE) e a OPAS/OMS no Brasil, reunindo autoridades, gestores, técnicos, profissionais e acadêmicos latino-americanos do campo da saúde com o objetivo analisar os processos em curso de reforma do setor rumo à universalização do direito à saúde na conjuntura política e contexto da América Latina.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não houve dificuldades relevantes.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

N/a

## 3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No Plano de Trabalho Anual 2023 foi planejada a seguinte ação vinculada ao Resultado Esperado 3:

1- Apoiar ações de fortalecimento dos processos de controle e auditoria do SUS.

Para tal, no primeiro semestre a cooperação apoiou o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS na realização de Oficinas Regionais de Auditoria do SUS, que estão reunindo em todo o país os/as auditores(as), referências técnicas e gestores com destaque para as Superintendências Estaduais dos Ministério da Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não houve dificuldades relevantes no período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

N/a

### 3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	4	3	0	60%
2	2	2	0	75%
3	1	1	0	40%
Total:	7	6	0	58%

## 4. 2º SEMESTRE DE 2023

### 4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

#### 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Gestão do SUS fortalecida, mediante cooperação técnica, gestão compartilhada, aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, integração regional e controle público.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas;</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizadas;</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas;</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas;</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

#### a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Durante o ano 2023, o Resultado Esperado nº 1 foi aquele com a maior quantidade de atividades planejadas no Plano

de Trabalho Anual e executadas, sendo:

- 1 - Apoiar as reuniões da Comissão Intergestores Tripartite-CIT;
- 2 - Desenvolver ações do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS e Planejamento Regional Integrado - PRI;
- 4 - Desenvolver ações para o fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação; e
- 6 - Apoio a entidades parceiras no âmbito nacional, estadual, municipal e internacionais.

Ao longo de todo o ano a Comissão Intergestores Tripartite recebeu o apoio da Cooperação por meio da contratação de estudos, pesquisas e documentos técnicos que subsidiaram os processos de discussão técnica dos temas, pactuação entre os gestores, inclusive com a realização das Reuniões Ordinárias da CIT nas dependências da OPAS/OMS.

Dentre as atividades relacionadas ao desenvolvimento do projeto de fortalecimento da regionalização no SUS e do Planejamento Regional Integrado - PRI, registra-se que por meio da cooperação, foi possível apoiar o DGIP/SE/MS nos processos de articulação, monitoramento e avaliação técnica e de gestão do Projeto "Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS" em diversas Regiões de Saúde do país, alinhamentos em relação ao "Projeto de Fortalecimento da Gestão Estaduais do SUS" (financiado majoritariamente com recursos do PROADI-SUS), realizar visitas técnicas às Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS e aos Colegiados de Secretarias Municipais de Saúde de diversos estados, destacadamente Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins.

Foram também realizadas diversas oficinas, seminários e outras atividades de Planejamento Regional Integrado, em seus vários aspectos, fases e ferramentas, como análise de situação de saúde, definição de macroproblemas, discussão e identificação de prioridades sanitárias, modelagem de redes prioritárias / desenho de redes de atenção - RAS, regionalização, definição de diretrizes e proposições metodológicas para elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde - PGASS, assim como atividades de validação de tais instrumentos.

Outros eventos realizados com o apoio da cooperação e que também se somam aos esforços relacionados a este Resultado Esperado 1 e que merecem ser registrados neste relatório anual são: o "I Seminário de Planejamento, Financiamento e Economia da Saúde", o Curso sobre o "Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS", Oficinas Macrorregionais / Regionais para articulação institucional no âmbito do Projeto Mais Médicos, o "Encontro Nacional da Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS", o Fórum "Caminhos da Regionalização: Desafios e Perspectivas", abertura do projeto "Saúde Redes: Estratégias para o Fortalecimento da Regionalização, da Gestão e do Cuidado em Rede em Municípios de Pequeno Porte".

Com vistas ao fortalecimento dos processos de gestão compartilhada do SUS, planejamento, monitoramento e avaliação, o TC88 vem apoiando, desde 2022 e durante 2023, o projeto de Formação em Análise de Situação de Saúde para Apoiadores Institucionais do Ministério da Saúde, que é desenvolvido por meio de carta acordo desta OPAS/OMS com a Universidade Federal de Goiás (via Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural - Fundação RTVE). Tal projeto soma-se a outras estratégias de apoio ao desenvolvimento de capacidades institucionais e competências técnicas para a governança do SUS, com participação dos trabalhadores e equipes de apoio institucional das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde - SEMS e do DGIP em Curso Introdutório de ASS e Curso de Aperfeiçoamento em ASS (três turmas, em modalidade híbrida - virtual + presencial). O projeto tem encerramento previsto para jan/2024, mas a sessão de encerramento acadêmico se deu em dez/2023, com ampla participação de docentes, discentes e representantes do Ministério da Saúde, da UFG e da OPAS, no campus da Fiocruz Brasília - Escola de Governo em Saúde.

No período de nov/2021 a nov/2023, executou-se o projeto "Fortalecimento da Rede de Governança da Informação e Informática" com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Tocantins - COSEMS/TO, que busca induzir o processo de melhoria da governança no âmbito dos municípios do Tocantins, especialmente no que toca à alimentação e à utilização dos sistemas de informação do SUS para a tomada de decisões pelos gestores quanto às estratégias adotadas pelas equipes, incluindo monitoramento e avaliação qualitativa dos dados inseridos, com vistas a maior precisão e efetividade das ações do SUS.

Também entende-se como merecedora de destaque na cooperação a participação técnica e de gestão nas Caravanas Federativas (que é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, cujo objetivo é disseminar informações, debates desafios e prioridades e articular respostas conjuntas entre a União, Estados e Municípios, de maneira intersetorial, e vem sendo realizada em todo o país em integração com o conjunto dos ministérios),

Com vistas à conformação de laços com entidades parceiras no âmbito nacional, estadual, municipal e internacional, o

TC88 permitiu a formalização de projetos com: o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS (Cartas Acordo LOA SCON2019-00525 e SCON2022-00455) para a realização do "XXXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde" que aconteceu no período de 16 a 19/jul/2023, no município de Goiânia, Goiás, contando com a participação presencial de mais de 10.000 gestores, técnicos e profissionais de saúde, além de usuários e pesquisadores, que debateram o tema central do congresso ("O SUS que falta no Brasil") a partir de uma ampla programação, que permitiu a discussão diversos assuntos relevantes para este RE1, incluindo estratégias para organização das Regiões de Saúde, a regionalização, os instrumentos de gestão do SUS, a Atenção Básica / Atenção Primária à Saúde, a resposta a emergências de saúde pública, a organização das redes de atenção, o financiamento, a assistência farmacêutica, a vigilância em saúde, os processos de judicialização e outros temas relacionados à gestão do SUS como um todo. Ademais, o congresso foi antecedido pela "18ª Mostra Brasil, Aqui Tem SUS", na qual foram apresentadas 500 experiências exitosas desenvolvidas pelas equipes de saúde e Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de proporcionar um espaço de troca de experiências entre os profissionais, técnicos e gestores. Na ocasião a OPAS outorgou o Prêmio "APS Forte - Caminho para a Saúde Universal" a três experiências melhor avaliadas pelas bancas julgadoras online e presencial.

Considerando as alterações nos cenários nacional e de diversos estados ocorrida no ano 2023 e suas implicações sobre as políticas de saúde, foram empreendidos esforços da Cooperação na realização de outros dois grandes eventos regionais, que reuniram os gestores e as equipes locais de saúde: O "9º Congresso Norte e Nordeste de Secretarias Municipais de Saúde" (realizado em Salvador, nos dias 04 a 06/set/2023) e o "2º Congresso Sul, Sudeste e Centro-Oeste de Secretarias Municipais de Saúde" (Florianópolis, de 16 a 18/nov/2023). Ambos eventos foram organizados pelos coletivos de COSEMS representativos de todos os estados das respectivas regiões e contaram com grande participação de milhares de gestores, técnicos e profissionais, sendo oportunidades relevantes para o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais discutirem a implementação das políticas de saúde considerando as particularidades de cada uma das 5 regiões do país. Ambos eventos macrorregionais foram operacionalizados por meio de Cartas Acordo com o CONASEMS, que articulou a organização principalmente com o COSEMS-BA e o COSEMS-SC.

Por fim, com o objetivo principal de consolidar e dar condições para o funcionamento de mecanismos de governança colaborativa, foram planejadas, demandadas, executadas e monitoradas diversas ações de maneira alinhada entre o Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa - DGIP e a Secretaria Executiva - SE do Ministério da Saúde, incluindo contratações de produtos técnicos que visam subsidiar técnicos ao seu fortalecimento institucional nas coordenações do próprio DGIP/SE e junto às Superintendências Estaduais do MS - SEMS, para apoiar o fortalecimento da gestão tripartite do SUS, a produção e o estabelecimento de consensos entre os entes federativos e, ainda, para a construção de mecanismos de pactuação internos e externos que favoreçam a integração das políticas de saúde nos territórios.

Ao final de 2023, foi desenhado novo projeto de Carta Acordo com o CONASEMS com vistas a facilitar os processos de organização de seu "XXXVIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde", que acontecerá na cidade de Porto Alegre, em jul/2024. Espera-se a participação de cerca de 9.000 gestores, técnicos, profissionais de saúde, pesquisadores e interessados no tema da gestão municipal do SUS. A programação encontra-se em construção.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o ano 2023 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. A principal dificuldade enfrentada em 2023 relaciona-se com a reorganização do Ministério da Saúde como um todo e suas repercussões sobre o planejamento das ações, o que implicou na execução de muitas atividades do TC de maneira intempestiva e gerando custos elevados, especialmente de passagens aéreas para realização de atividades técnicas em território. Para 2024, buscar-se-á um planejamento mais detalhado, que permita a antecipação das demandas de cooperação e as máximas eficiência e qualidade possível.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As atividades realizadas no 1º semestre de 2023 para o alcance do Resultado Esperado 1, no âmbito da cooperação técnica com o MS, estão voltadas ao fortalecimento da gestão interfederativa, compartilhada com as Secretarias Estaduais de Saúde (representadas pelo CONASS) e as Secretarias Municipais de Saúde (representadas pelo CONASEMS), e têm correlação com os indicadores a seguir:

- 1 - Número de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;
- 2 - Número de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;
- 5 - Número de ações de cooperação técnica que contribuam para a estruturação do sistema de saúde;
- 6 - Número de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.



## 2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Participação e controle social ampliados e fortalecidos, mediante formação de lideranças sociais; apoio às organizações da sociedade civil e conselhos de saúde; e aperfeiçoamento dos mecanismos de participação
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No Plano de Trabalho Anual 2023 foram planejadas duas ações vinculadas ao Resultado Esperado 2:

- 1- Apoiar o processo da 17ª Conferência Nacional de Saúde;
- 2- Desenvolver ações para fortalecimento da participação social em saúde.

Durante o ano 2023, a ação prioritária da cooperação relacionada ao tema da Participação Social foi o apoio à preparação (ao longo do primeiro semestre/2023) e realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde. As etapas municipal e estadual aconteceram desde 2022 até maio/2023. Em paralelo, o regimento da 17 CNS propôs a realização de Conferências Livres, que permitam o diálogo, o debate e a proposição de diretrizes sobre temas específicos da saúde, ampliando a participação de atores específicos no processo da Conferência e permitindo a indicação de delegados a partir de tais fóruns. Especificamente e de maneira destacada, o TC apoiou a organização e a realização da "1ª Conferência Nacional Livre de Gestão Interfederativa e Participativa: Caminhos e Desafios na Defesa do SUS", que aconteceu em Brasília (Campus da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília - UnB) nos dias 16 e 17/mai/2023, com ampla participação de gestores, técnicos, representantes de movimentos sociais, do Ministério da Saúde, das Superintendências Estaduais do MS, etc. As diretrizes e propostas desta conferência foram enviadas ao Conselho Nacional de Saúde para debate durante a Etapa Nacional da 17ª CNS, da qual participaram os delegados votados na 1CNLGIP. Ainda com o apoio direto ou indireto da Cooperação, o conjunto das etapas preparatórias da 17CNS mobilizaram cerca de 2 milhões de participantes, incluindo as 99 Conferências Livres Nacionais realizadas por diversos segmentos da sociedade civil.

Também merece destaque a apoio à realização da Etapa Nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em Brasília, no período de 02 a 05/jul/2023. A partir do tema "Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia", as discussões foram norteadas a partir dos quatro eixos temáticos: "I - O Brasil que temos. O Brasil que queremos"; "II - O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas"; "III - Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia"; e "IV - Amanhã vai ser outro dia para todas as pessoas". Apenas da Etapa Nacional, participaram 5.815 pessoas, sendo 3.526 pessoas delegadas eleitas nas etapas Municipais e Estaduais e 373 delegadas eleitas nas Conferências Livres. Além dos delegados/as, dentre as pessoas da categoria "Convidados/as" contou-se com a participação de representantes de 17 países, que atenderam ao convite do CNS, do MS e da OPAS. Ademais, durante a Etapa Nacional foram realizadas 42 atividades autogestionadas, em programação paralela, de caráter não deliberativo, sob responsabilidade de várias organizações e instituições proponentes, abrangendo diversidade de temas e pautas relacionados aos direitos humanos e às políticas de saúde. A 17ª CNS resultou na aprovação de 245 diretrizes, 1198 propostas e 53 moções, que foram publicadas na Resolução CNS nº 719, de 17 de agosto de 2023.

Também merece destaque a realização do "Encontro para Construção e Fortalecimento de Sistemas Universais de Saúde nos Países Latino-Americanos" / "Encuentro Latinoamericano en Defensa de los sistemas universales", em Brasília, nos dias 30/jun e 01/jul/2023, como atividade preliminar à 17ª Conferência Nacional de Saúde e também ao Congresso da Associação Latino-Americana de Medicina Social - ALAMES (que acontecerá em Buenos Aires, Argentina). O encontro foi organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES, em parceria com o Ministério da Saúde (DGIP/SE e Assessoria de Participação Social e Diversidade/GM) e a OPAS/OMS no Brasil, reunindo autoridades, gestores, técnicos, profissionais e acadêmicos latino-americanos do campo da saúde com o objetivo analisar os processos em curso de reforma do setor rumo à universalização do direito à saúde na conjuntura política e contexto da América Latina.

Por fim, para além das atividades pactuadas previamente no PTA, foram desenvolvidas outras atividades relevantes no âmbito da cooperação e que contribuem para o alcance do RE2 do TC88. Dentre elas, menciona-se o projeto de adaptação das "Funções Essenciais de Saúde Pública - FESP Renovadas para o Século XXI". A metodologia desenvolvida pela OPAS/OMS propôs 11 FESP, organizadas conforme o Ciclo de Políticas Públicas. Entre elas, merecem destaque - por guardar estreita relação com as competências do DGIP - a "FESP 4- Políticas, legislação e marcos regulatórios" e a "FESP 5 - Participação Social", que contaram com forte participação da equipe técnica e de gestão do DGIP/SE e de diversos outros setores do Ministério da Saúde junto ao grupo de pesquisadores da ABRASCO no processo de discussão para adaptação da metodologia e dos instrumentos às necessidades do Brasil, às características e particularidades do SUS, processo que vem indicando inclusive a necessidade de se propor a criação de uma "FESP 13 - Regionalização".

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o ano 2023 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. A principal dificuldade enfrentada em 2023 relaciona-se com a reorganização do Ministério da Saúde como um todo e suas repercussões sobre o planejamento das ações, o que implicou na execução de muitas atividades do TC de maneira intempestiva e gerando custos elevados, especialmente de passagens aéreas para realização de atividades técnicas em território. Para 2024, buscar-se-á um planejamento

mais detalhado, que permita a antecipação das demandas de cooperação e as máximas eficiência e qualidade possível.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

N/a

## 3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Aperfeiçoamento de estratégias para qualificação do controle, do monitoramento e da transparência no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Numero de cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. Numero de cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. Numero de iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. Numero de cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. Numero de ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. Numero de estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizadas.</li> <li>7. Numero cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. Número de cooperação visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. Número de iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão.</li> <li>10. Número de ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde</li> </ol>	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 20 cooperações de gestão estratégica e participativa entre entes realizadas;</li> <li>2. 10 cooperações de integração de instrumentos de planejamento e gestão realizadas;</li> <li>3. 4 iniciativas de cooperação internacional, no âmbito da gestão de sistemas de saúde, realizadas;</li> <li>4. 12 cooperações de Educação Permanente e capacitações no âmbito da gestão;</li> <li>5. 12 ações de cooperação técnicas que contribuam para a estruturação do sistema de saúde.</li> <li>6. 10 estudos, pesquisas, sistematização de conhecimentos e elaboração de publicações realizados.</li> <li>7. 8 cooperações para fortalecimento de processos de auditoria, controle, de monitoramento e de avaliação realizados.</li> <li>8. 16 cooperações visando o fortalecimento da gestão participativa e do controle social, que reduzam as iniquidades e desigualdades em saúde realizadas.</li> <li>9. 12 iniciativas visando o fortalecimento dos processos de Escuta e de Satisfação do Cidadão realizadas.</li> <li>10. 10 ações de qualificação e aprimoramento de sistemas de informação e base de dados em saúde realizadas.</li> </ol>	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

## a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No Plano de Trabalho Anual 2023 foi planejada a seguinte ação vinculada ao Resultado Esperado 3: 1- Apoiar na retomada de ações de governança da Auditoria do SUS.

Para tal, ao longo do ano a cooperação apoiou o Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS na realização de cinco "Oficinas Regionais do Sistema Nacional de Auditoria - SNA do SUS", que aconteceram nas regiões Sul (em

Porto Alegre/RS, nos dias 28 a 30/ago/2023), Sudeste (em São Paulo/SP, nos dias 24 a 27/set/23), Centro-Oeste (em Goiânia/GO, nos dias 21 a 23/jun/23), Nordeste (em Salvador/BA, nos dias 15 a 17/ago/23) e Norte (em Belém/PA, nos dias 23 a 25/out/23), com participação de representantes dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS dos estados - auditores(as), referências técnicas e gestores com destaque para as Superintendências Estaduais dos Ministério da Saúde. Ademais, foi realizada a Oficina de Planejamento Estratégico da Auditoria Geral do SUS, nos dias 21 a 23/nov/2023, em Brasília, cujo objetivo foi promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos no SNA para a elaboração de um plano de ação para o período de 4 anos, que oriente as atividades da AudSUS de forma estratégica e alinhada aos objetivos organizacionais: identificar e analisar os problemas existentes no Departamento, bem como suas causas e efeitos; Propor soluções e estratégias para superar os desafios identificados; e Estimular o engajamento e a colaboração entre os participantes, promovendo um ambiente de trabalho mais coeso e eficiente. O resultados foi o Planejamento Estratégico da Auditoria Geral do SUS.

Considerando a retomada da auditoria do SUS enquanto processo estratégico para a gestão do sistema de saúde, com vistas a fortalecer suas competências e garantir a prestação de serviços de maneira universal, integral, com equidade, eficiência e qualidade; e considerando a que a agenda de cooperação técnica com o AudiSUS vem se desenvolvendo de maneira crescente, ao longo do 2º semestre de 2023 foi desenhado um projeto específico de cooperação entre AudiSUS e OPAS, que logrou a celebração do Termo de Cooperação nº 165, em dez/2023. Desta forma, a partir de 2024, as atividades antes vinculadas a este RE3 do TC88 passarão a ser desenvolvidas com instrumentos e recursos próprios, de maneira mais sustentável e estável. O TC165 foi concebido para atender ao propósito de fortalecer, qualificar e aprimorar a governança e a gestão em Auditoria do SUS e do SNA, tendo 5 objetivos específicos: 1-Fortalecer a gestão e a governança do DENASUS; 2-Fomentar a melhoria da qualidade da auditoria do SUS; 3-Fomentar a capacitação e a inovação em auditoria; 4-Estimular a articulação e a integração dos componentes do SNA; e 5-Promover a gestão do conhecimento e do intercâmbio de experiências. Para tal foram pactuados 4 Resultados Esperados.

#### b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o ano 2023 o tema da governança do SUS, na perspectiva da gestão tripartite e participativa, voltou a ser objeto estratégico na agenda política do Ministério da Saúde e, por consequência, o Termo de Cooperação em questão vem retomando sua relevância junto ao DGIP/SE/MS. Como se pôde observar, as ações pactuadas em PTA foram plenamente realizadas e até várias outras que não estavam inicialmente previstas, de tal modo que, durante o 3º quadrimestre de 2023, foi desenhado um novo Termo de Cooperação, que se somará ao TC88 no fortalecimento da governança do SUS nas três esferas de governo. A principal dificuldade enfrentada em 2023 relaciona-se com a reorganização do Ministério da Saúde como um todo e suas repercussões sobre o planejamento das ações, o que implicou na execução de muitas atividades do TC de maneira intempestiva e gerando custos elevados, especialmente de passagens aéreas para realização de atividades técnicas em território. Para 2024, buscar-se-á um planejamento mais detalhado, que permita a antecipação das demandas de cooperação e as maximas eficiência e qualidade possível.

#### c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

N/a

## 4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	4	4	0	100%
2	2	2	0	100%
3	1	1	0	100%
Total:	7	7	0	100%

## 5. RESUMO ANUAL

### 5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano					
Situação do projeto		1º semestre de 2023	2º semestre de 2023	Anual 2023	
Nº total de RE com ações programadas no período		3	3	3/3	
Nº total de ações programadas		7	7	14	
Nº total de ações finalizadas		6	7	13	
RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações	
1/1	8	7	0	80%	
2/2	4	4	0	87%	
3/3	2	2	0	70%	
Total:	14	13	0	79%	

### 5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O TC88, celebrado entre a OPAS/OMS no Brasil e o Ministério da Saúde, tem por objetivo principal apoiar as iniciativas do país para a implantação / implementação da "Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS", visando contribuir para o alcance de seus objetivos e, em última instância, para os processos de garantia e construção de bases para o direito à saúde dos brasileiros, expresso nos princípios constitucionais da universalidade, da integralidade, da equidade e da participação social, assim como os princípios organizativos do SUS: a descentralização, o comando único e a regionalização.

As ações desenvolvidas no âmbito do TC88 aportam, portanto, ao fortalecimento do sistema de saúde nacional, a partir do aprimoramento de seus processos de gestão, dentre os quais, o planejamento e a pactuação interfederativa (envolvendo os três níveis de governo: União, Estados e Municípios) e os gestores do SUS (Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais), a gestão participativa, o controle social e a participação da comunidade, as ações de controle, monitoramento e avaliação da ação pública e de atores vinculados, os mecanismos de transparência, os processos de educação permanente e a educação em saúde, envolvendo os diversos atores do sistema, como gestores, profissionais da saúde, prestadores de serviços, usuários e cidadãos.

Assim, as ações e atividades planejadas e executadas neste Termo de Cooperação contribuem para o alcance de objetivos de políticas nacionais, e colaboram para o desenvolvimento e concretização de compromissos internacionais do Brasil e da Região expressos em diversos diplomas e tratados. Entre eles, ressaltam-se o Plano Estratégico da OPAS 2020-2025, no que se refere aos Resultados Intermediários (RIM): "1-Acesso a serviços de saúde integrais e de qualidade", "9-Fortalecimento da gestão e governança" e "10-Aumento do financiamento público para a saúde". Também aporta diretamente às prioridades expressas na Estratégia de Saúde Universal (CD53, 2014), com destaque para as linhas prioritárias de "fortalecimento do papel condutor das autoridades nacionais e da governança do sistema de saúde", de "fortalecimento da coordenação intersetorial para abordar os determinantes sociais da saúde" e de "redução de barreiras, inclusive financeiras, para o acesso da população aos serviços de saúde necessários". Por fim, registra-se a inclusão, dentre as ações estratégicas do TC88 e da cooperação com o DGIP/SE/MS o projeto de adaptação das Funções Essenciais de Saúde Pública - FESP às necessidades de saúde do Brasil, às características e particularidades do SUS, metodologia que, acredita-se, possui grande potencial para apoiar o país no desenvolvimento das competências de liderança e governança das autoridades nacionais, estaduais e até mesmo municipais para o fortalecimento do sistema de saúde nacional.

### 5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A pandemia de Covid-19 representou um forte impacto para saúde das pessoas em todo o mundo. Para o enfrentamento da pandemia, os gestores (federal, estaduais, DF e municipais) têm sido pressionados por adoção de medidas e respostas ágeis para reorganização dos serviços de saúde, aprimoramento da gestão, desde a atenção primária à saúde aos serviços especializados ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico, urgência e emergência, com priorização das ações de enfrentamento da pandemia, mas com o desafio de garantir a continuidade do cuidado para atender às demais necessidades de saúde da população. Além do impacto direto na assistência, impôs aos gestores as necessidades de rápidos aprendizado e desenvolvimento de capacidades de reinventar a gestão, seja na forma de atuação e relacionamento intergestores, nos processos internos de trabalho e de cooperação técnica, demandando aos atores de governança do SUS, no caso, à gestão federal, estabelecer um processo de planejamento mais efetivo e sistêmico por parte do MS, que proporcione maior capacidade de articulação interfederativa e de apoio e cooperação técnica com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e do Distrito Federal, de forma integrada, priorizando as suas necessidades.

Destaca-se para o TC88 a recomendação de constante aprimoramento dos processos de planejamento de maneira conjunta entre as áreas técnicas e de gestão do Ministério da Saúde e da OPAS/OMS, de modo que a cooperação técnica seja catalizadora de processos nacionais que potencializem e qualifiquem a governança no SUS, com vistas à concretização de seus princípios e alinhados com as orientações que regem as Administrações Públicas brasileira e internacional. Além disso, um planejamento mais consistente permitirá a solicitação de apoios com prazos adequados, evitando riscos de ineficiência, falta de qualidade e, até mesmo, necessidades de cancelamentos, o que pode gerar prejuízos ao projeto e riscos reputacionais à OPAS e ao DGIP/SE/MS.

### 5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 13045380.13
Recursos desembolsados:	US\$ 12218472.84
Pendente de pagamento:	US\$ 390417.37
Saldo:	US\$ 436489.92